



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10959 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

SABERES TRADICIONAIS E EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR: O ORDINÁRIO COMO TERRENO PARA O “TRABALHO DE VIVER”

Karla Rodrigues Mota - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Edson Caetano - UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

1. Considerações iniciais

A educação escolar/formal é a forma preponderante de educação na contemporaneidade e, a partir de uma perspectiva eurocêntrica, apresenta-se de forma unívoca, deslegitimando, pois, os múltiplos espaços educativos e pedagogias outras. Restringir a educação aos muros da escola, tal como seus tijolos foram hegemonicamente assentados, é, portanto, produzir homens e mulheres cindidos, com seus pensamentos e sensibilidades mutilados, domesticados e com criatividade estéril.

A escola é onde, desde sua gênese, se separa a unidade ontológica entre trabalho e educação, ou melhor, é onde introduz “uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 155). Nela, exclui-se a dimensão produtiva, prevalecendo apenas a dimensão intelectual do trabalho.

Não desconsideramos que seja um lugar de contradições e de disputas, todavia, a escola, da forma como historicamente é ofertada à grande massa que vive apenas do trabalho, tende a servir à reprodução do modo de produção capitalista e a atuar como “[...] parâmetro de referência para aferir todas as demais formas de educação” (*idem*, p. 156).

Diante deste prisma, anunciamos que neste texto prevalece a defesa dos outros espaços educativos, denominados como espaços cotidianos, ordinários, corriqueiros e subalternizados, nos quais, porém, a dimensão criativa é permitida – ou melhor, necessária – tornando-se fermento para produção de saberes diversos. Acreditamos que é para além das paredes da sala de aula que a efervescência da vida acontece abrindo espaço para o “trabalho de viver” cunhado por Ramos (2019).

As reflexões constantes nesse manuscrito fazem parte de uma pesquisa de Doutorado em Educação em andamento, inserida no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE-UFMT) e que tem como objeto as práticas de cura e cuidado relacionadas aos saberes sobre plantas medicinais das comunidades tradicionais de Poconé-MT. Consideramos, pois, tais práticas como educativas, dado que se relacionam à produção, aprendizado e compartilhamento de saberes.

Com efeito, o presente trabalho problematiza como a educação não escolar e os espaços cotidianos emergem como terreno fértil para a (re)existência da dimensão ontocriativa do trabalho. No caminho para compreender a potencialidade dos saberes outros, produzidos essencialmente fora das escolas, organizaremos os próximos parágrafos em dois tópicos: o primeiro se empenha em discutir as diversas dimensões da categoria trabalho e o segundo, se ocupa da seguinte questão: como a produção dos saberes tradicionais (re)aproxima homens e mulheres da sua dimensão criativa e criadora e, conseqüentemente, do “trabalho de viver”?

2. Os diversos sentidos do trabalho

O vocábulo trabalho pode apresentar diversos significados. Em um primeiro momento, pode ser associado à emprego, exploração, intensificação, estiolação, salário, entre outros. Nesse sentido, Ciavatta (2005) afirma que o trabalho pode ser percebido em duas dimensões: “[...] como *atividade criadora, que anima e enobrece o homem*, ou como atividade histórica que pode ser aviltante, penosa ou que aliena o ser humano de si mesmo, dos outros e dos produtos de seu trabalho na forma mercadoria” (p. 8, grifos nossos).

Assim como assevera Marx (2007, p. 255), “pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem” e neste processo, ao mesmo tempo em que a natureza externa é modificada, modifica-se a natureza dos próprios homens e mulheres, diferenciando-os dos demais animais, visto que, apenas o ser humano tem o potencial de, ao assegurar a sua existência (a partir do trabalho), mediar e regular a natureza externa, representá-la no plano do pensamento e, conseqüentemente, compreendê-la e alterá-la.

Dialogando com essas categorizações, Ramos (2019) nos apresenta os conceitos de “trabalho de ganhar” e “trabalho de viver”, onde o primeiro se associa à dimensão do alienador trabalho assalariado, ao passo que, o segundo compreende o “trabalho em seu sentido ontológico, também relacionado à *liberdade* de fazer isto ou aquilo consoante sua *vontade* e disponibilidade” (p. 328, grifos nossos). É este “trabalho de viver” que acreditamos estar corporificado em grande parte dos ofícios regidos pelos saberes tradicionais.

Conceber o trabalho para além da ação de pernas e mãos, mas também como “uma vontade orientada a um fim” (MARX, 2007, p. 256), possibilita que esta categoria seja compreendida como atividade criativa e criadora, bem como, inserida na vida cotidiana, nas

ações ordinárias, e no fazer-se enquanto humano. Este entendimento resgata a dimensão “libertadora” do trabalho, sua potência intelectual e inventiva que assegurou e assegura a produção da existência humana.

Assim, podemos presumir que nas comunidades tradicionais, os diferentes ofícios tendem a preservar os componentes intelectuais do trabalho e a conservar o “trabalho de viver”, já que, na lida com a roça, nas artes de curar e de cuidar, na produção de remédios caseiros, homens e mulheres não estão alienados dos produtos de seu trabalho. Ao contrário, estes sujeitos se vêem consubstanciados nos alimentos que produzem, nas curas e cuidados que realizam e nos remédios que manipulam.

Nestes ofícios, os produtos do trabalho materializam-se como produções humanas, pois, distintamente do ocorrido nos processos produtivos sob a égide do capital, nos “trabalhos de viver”, normalmente regidos pelos saberes tradicionais, homens e mulheres tendem a dominar todas as etapas do processo produtivo ou, pelo menos, grande parte delas. O saber produzido neste processo, portanto, não é alienado, mas produção humana por excelência.

3. Saberes tradicionais e (re)aproximação com a dimensão ontocriativa do trabalho

No seio das comunidades tradicionais, o trinômio aprendizado/produção/compartilhamento dos saberes – sejam eles o do plantio, da colheita, da benzeção, das artes de curar etc. – é adquirido *no e pelo* ofício. Aprende-se a plantar e a colher no plantio e na colheita junto aos mais experientes; aprende-se a benzer – normalmente – quando se é benzido pelos anciões e anciãs; aprende-se a fazer uma “garrafada” ajudando os erveiros e raizeiros a colher e manipular ervas e raízes e aprende-se a trabalhar, trabalhando. Nesses instantes, a educação identifica-se com a vida e o trabalho é “de viver”.

Ao trabalhar e, conseqüentemente, ao “apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele [homem] põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos” (MARX, 2007, p. 255). Compreendido nesta amplitude, ao trabalhar o ser humano usa da força, da intelectualidade e das sensibilidades presentes no seu corpo para produzir saberes os quais, segundo Cunha (2007), apreendem a natureza por meio das “unidades perceptuais” (p. 79), ou seja, por meio de qualidades sensoriais tais como cheiros, gostos, cores, sabores e sensações.

Talvez este seja um dos motivos do desprezo, inferiorização e silenciamento dos saberes tradicionais. A produção e reprodução destes saberes se concretiza se, e somente se, houver equilíbrio entre as dimensões manuais e intelectuais do trabalho, ou seja, quando sentimos um cheiro ou um sabor prevalece na constatação a *sensação*, elementos colocados em segundo plano pela ciência moderna, a qual é enraizada nas “unidades conceituais” (CUNHA, 2007, p. 79). Conseqüentemente, essas sensibilidades serão menosprezadas pela escola, face ser esse um lugar onde se prioriza a dimensão intelectual do trabalho.

Nesses momentos, homens e mulheres, crianças e anciões se posicionam frente à natureza e produzem, aprendem e compartilham os fazeres e os respectivos saberes diversos. É a partir das adversidades e das situações não planejadas que estes homens e mulheres têm liberdade e podem se valer da dimensão criativa e da dimensão mágica – não domesticada do pensamento – para criar, fruir e produzir novos saberes e viver.

Consideramos que na práxis cotidiana – produção da existência humana – os saberes são forjados e são, portanto, oriundos do trabalho humano. Concebemos que o trabalho, diferentemente dos sentidos lhe imputado sob o julgo do modo de produção capitalista, pode ser fruição, fonte de prazer, de criação e de fazer-se enquanto ser humano. Nesse sentido, os diversos fazeres e ofícios presentes nas comunidades tradicionais são também formas de trabalho, pois, assim como afirma Saviani (2007, p. 154) é esse “ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho”.

4. Interrogações Finais

Para além das paredes da sala de aula há um terreno fértil para que a unidade entre “trabalho de viver” e a educação se expresse. Se a escola se apresenta hegemonicamente como uma instituição de reprodução do modo de produção capitalista, a defesa dos saberes produzidos nos espaços não escolares pode constituir-se como uma forma de resistência ao capital.

Ressaltamos que não menosprezamos a importância da educação escolar, todavia, propomos olhar para as pesquisas sobre trabalho e educação no âmbito do materialismo histórico, mostrando que estas podem, também, se debruçar sobre a educação não escolar entendendo que os saberes outros, produzidos, por exemplo, pelos povos originários e comunidades tradicionais, são produtos históricos do fazer-se humano e terreno fecundo onde as suas dimensões criativas e criadoras têm possibilidade de fluir.

Depreendemos, assim como aponta Saviani (2007, p. 154), que “a produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja vitalidade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem”. Com efeito, reafirmamos que pulsa a necessidade de considerarmos as pedagogias outras expressas pelos diversos ofícios enraizados na experiência presentes nos espaços não urbanos e não escolares.

Por fim, ao invés de finalizarmos este texto de maneira conclusiva, propomos outras provocações. Instigamos as pesquisas situadas no âmbito do campo do trabalho e educação a se debruçarem também sobre os saberes não escolares no intuito de tentarmos responder: Como estes saberes são produzidos? Como são validados pelos mais experientes? Como os anciões e especialistas dos povos e das comunidades tradicionais são formados? Como opera este saber no seio destes territórios? Acreditamos que no movimento de nos aproximarmos das possíveis respostas para estes questionamentos, nos aproximaremos, também, das compreensões do “trabalho de viver”, implicando – quem sabe – repensarmos a nossa própria

existência.

Palavras-chave: Saberes Tradicionais; Trabalho; Educação não escolar; Trabalho de viver.

Referências

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho necessário**, v. 3, n.3, dez. 2005, p. 1-20. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>>. Acesso 10 jun. 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saberes científicos. **Revista USP**, n. 75, p. 76-84, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13623>>. Acesso 05 fev. 2022.

MARX, Karl. **O capital**: a crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

RAMOS, Anátalia Daiane de Oliveira. **A produção associada do povo Puruborá, aldeia Aperi –RO: “trabalho de ganhar”, “trabalho de viver”, educação, saberes e resistência**. Tese (doutorado) – UFMT – Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007, p. 152-180. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso 26 mai. 2022.